FAMUN 2023
FACAMP MODEL UNITED NATIONS

ASSEMBLEIA GERAL

Guia de Pesquisa

FLIP THE SCRIPT
a world of infinite possibilities
FAMUN 2023 | 10 YEARS

GUIA DE PESQUISA

ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA O USO PACÍFICO DO ESPAÇO EXTERIOR

Autores

Giovani Lana Borges dos Santos
João Vitor Santos Bueno
Luara Moraes Spinace
Mirella Santos Boaventura
Rebeca Ulisses Rodrigues de Camargo
Sofia Ascari Sibbersen
Yasmin Cristine dos Santos Castro

Orientadora

Professora Patricia Capelini Borelli

© Faculdades de Campinas 2023

SUMÁRIO

PREFÁCIO 3

INTRODUÇÃO 4

REFERÊNCIAS DA ONU 12

- Relatórios do Secretário-Geral 12
- Resoluções da Assembleia Geral 14
- Outras Publicações da ONU 15
- Sites Oficiais 16
- Recursos Extras 16

REFERÊNCIAS PARA A POSIÇÃO OFICIAL DOS GRUPOS POLÍTICOS 20

BASE DE DADOS 24

© Faculdades de Campinas 2023

PREFÁCIO

Querido(a) delegado(a),

Gostaríamos de agradecer a sua participação na Assembleia Geral da décima edição do FAMUN! É uma honra contar com a sua presença neste evento, onde teremos a oportunidade de discutir sobre a Cooperação Internacional para o Uso Pacífico do Espaço Exterior e encontrar soluções criativas para os desafios que enfrentamos sobre essa temática.

Nosso objetivo no FAMUN é debater questões que nem sempre fazem parte do nosso dia a dia, mas que impactam nossa sociedade. O espaço exterior pode ser a chave para um desenvolvimento mais sustentável e trazer um impacto positivo para a humanidade. Entretanto, percebemos que a competição e conflitos entre os Estados, e atores não-estatais, podem colocar em xeque esse caminho.

Neste guia de pesquisa, você encontrará informações e referências que ajudarão a compreender a discussão sobre a Cooperação Internacional para o Uso Pacífico do Espaço Exterior. Selecionamos documentos oficiais da ONU que trazem, inclusive, o posicionamento dos países e dos grupos políticos nessa questão, além de algumas perguntas para você refletir sobre as possíveis soluções para o problema. Esperamos que o guia seja uma ferramenta útil e eficaz para a sua preparação para a simulação!

Esperamos que as discussões abordem questões relacionadas ao desenvolvimento sustentável, considerando à urgência de um acesso mais justo às tecnologias e ao conhecimento científico por parte de todos os países.

Por fim, gostaríamos de reforçar que, juntas e juntos, somos capazes de auxiliar na transformação do mundo. Cada um de nós possuímos um papel fundamental na construção de um presente e futuro melhor e que, por meio do diálogo e da cooperação, podemos superar as diferenças e "*flip the script*".

Desejamos a todos uma excelente preparação nos estudos e esperamos que nossa discussão seja produtiva e enriquecedora!

Mirella Santos Boaventura
Chair AG 1
João Vitor Santos Bueno
Vice-Chair AG 1
Sofia Ascari Sibbersen
Secretária AG 1

Yasmin Cristine dos Santos Castro
Chair AG 2
Giovani Lana Borges dos Santos
Vice-Chair AG 2
Luara Moraes Spinace
Secretária AG 2

Rebeca Ulisses Rodrigues de Camargo
Presidente da AG

© Faculdades de Campinas 2023

INTRODUÇÃO

A Assembleia Geral (AG) é um dos principais órgãos da Organização das Nações Unidas (ONU), sendo o único onde estão representados todos os 193 Estados-Membros da organização. É nesse órgão em que se faz valer, de fato, o princípio da igualdade soberana entre os Estados, pois todos os países possuem o mesmo poder de voto durante as negociações. A AG é responsável pela discussão dos assuntos relacionados aos três pilares da ONU: paz e segurança internacionais, desenvolvimento sustentável e direitos humanos. Desse modo, considerando sua complexidade e a abrangência de suas discussões, os trabalhos da AG são divididos entre seis comitês principais, separados por assunto[1] (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2007, p. 10-11).

O tópico da Cooperação Internacional para o Uso Pacífico do Espaço Exterior é debatido pelo Quarto Comitê, que trata sobre "Políticas Especiais e Descolonização". Essa alocação se deu pela intenção de ampliar a discussão sobre o espaço exterior para além da questão da segurança internacional, tratada pelo Primeiro Comitê. Sendo assim, no Quarto Comitê, a discussão do uso de espaço leva em conta outras questões, como a necessidade de garantir o acesso às tecnologias e aos benefícios que resultam da exploração do espaço por todos os Estados e também o uso do espaço para promover o desenvolvimento sustentável (UNITED NATIONS, 2023).

Nota-se que a escolha pela tratativa do assunto na AG advém da consideração de que o espaço exterior é um "bem global comum", pois corresponde a uma área que está fora do alcance da jurisdição nacional dos Estados. O termo "bem global comum" trata de recursos naturais que estão fora das fronteiras nacionais dos Estados. Assim, entende-se que esses recursos pertencem à comunidade internacional como um todo e que, portanto, todos os países possuem acesso legal a eles (SCHRIJVER, 2010. p. 6). Desse modo, desde a sua primeira resolução sobre o tema, a AG considera que as atividades no espaço exterior devem ser voltadas para fins pacíficos, considerando que o uso e exploração do espaço devem ser em benefício da humanidade, sendo a cooperação internacional o principal caminho para esse objetivo (UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY, 1958, p. 1).

A questão do espaço exterior entrou para a agenda da Assembleia Geral em 1958, durante a Guerra Fria, período em que ocorreu o conflito entre os Estados Unidos e a União Soviética. Em 1957, a União Soviética lançou o primeiro satélite ao espaço, denominado Sputnik-1, marcando o início da era espacial. Esse contexto despertou o receio, na comunidade internacional, de que os embates entre União Soviética e Estados Unidos se manifestassem também em uma corrida armamentista no espaço, utilizando a órbita da Terra para espionagem e

[1] Os assuntos dos comitês são: Primeiro Comitê: "Comitê de Desarmamento e Segurança Internacional"; Segundo Comitê: "Comitê Econômico e Financeiro"; Terceiro Comitê: "Comitê Social, Humanitário e Cultural; Quarto Comitê: "Comitê de Políticas Especiais e Descolonização"; Quinto Comitê: "Comitê Administrativo e Orçamental; Sexto Comitê: "Comitê Legal" (UNITED NATIONS, 2023).

© Faculdades de Campinas 2023

lançamento de armas nucleares. Essa preocupação também está expressa na primeira resolução da AG sobre o tema, a Resolução 1248 (XIII), adotada em 13 de dezembro de 1958 (UNITED NATIONS OFFICE FOR OUTER SPACE AFFAIRS, 2023a; UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY, 1958, p. 1).

Essa mesma resolução criou o Comitê sobre os Usos Pacíficos do Espaço Exterior (COPUOS, na sigla em inglês), um órgão especializado da ONU que é responsável por facilitar a cooperação entre os Estados, monitorando as atividades no espaço a fim de evitar rivalidades e eventuais problemas jurídicos entre os programas espaciais dos países relacionados ao uso e exploração do espaço e seus recursos. Para isso, o COPUOS elabora relatórios e pesquisas que servem como base para as negociações do Quarto Comitê da AG, mantendo relações com outras instituições, governamentais e não governamentais[2]. Ademais, para auxiliar as discussões e negociações sobre o espaço exterior, foi também criado o Escritório das Nações Unidas para Assuntos do Espaço Exterior (UNOOSA, na sigla em inglês), que conta com especialistas que exercem funções de Secretariado para o COPUOS. O UNOOSA é responsável por organizar programas de capacitação e de compartilhamento de conhecimento sobre o espaço, além de garantir oportunidades para que todos os países tenham condições de acessar o espaço e usufruir de seus benefícios, prezando pelo desenvolvimento sustentável (UNITED NATIONS OFFICE FOR OUTER SPACE AFFAIRS, 2023 a; 2023 b).

Ainda durante a Guerra Fria, os primeiros esforços do Quarto Comitê se concentraram em estabelecer normas, respaldadas pelo Direito Internacional e pela Carta da ONU, para guiar os programas especiais e demais atividades desempenhadas pelos países no espaço. Ficou estabelecido que as atividades espaciais devem beneficiar todos os Estados, independentemente do seu estágio de desenvolvimento econômico e científico. Nos debates da década de 1960, também foi reforçado o entendimento de que o espaço deve ser utilizado apenas para fins pacíficos e em benefício da humanidade. As discussões ainda abordaram a importância do intercâmbio de conhecimentos científicos sobre o espaço, especialmente para países com menor acesso às tecnologias especiais, visto que satélites e outras tecnologias são cruciais para serviços de meteorologia e prevenção de desastres naturais, assim como serviços de telecomunicação, envolvendo sinais de telefones, rádios e televisões (UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY, 1961, p. 6-7; UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY, 1962, p. 5-7).

As negociações serviram como base para que a AG adotasse em dois importantes documentos que regulamentam as atividades dos países no espaço. O primeiro foi a "Declaração dos Princípios Jurídicos Reguladores das Atividades dos Estados na Exploração e Uso do Espaço Exterior", adotada por consenso, em 1963, por meio da Resolução 1962 (XVIII). Esse documento reconhece os nove princípios que, desde então, regem as ações e atividades dos países relacionadas ao uso e exploração do espaço exterior. Os nove princípios estabeleceram um

[2] O COPUOS conta ainda com dois subcomitês, sendo eles: o Subcomitê Científico e Técnico, que discute questões relacionadas ao uso e desenvolvimento de tecnologias espaciais e o Subcomitê Jurídico, o qual analisa as normas e demais questões relacionadas ao Direito Internacional para uso e exploração do espaço (UNITED NATIONS OFFICE FOR OUTER SPACE AFFAIRS, 2023 a).

© Faculdades de Campinas 2023

entendimento comum entre os países para a criação do segundo documento: o "Tratado sobre os Princípios que Regem as Atividades dos Estados na Exploração e Uso do Espaço Exterior, incluindo a Lua e Outros Corpos Celestiais", adotado em 1966, por meio da Resolução 2222 (XXI). O Tratado avança em relação à Declaração de 1963, pois cria obrigações jurídicas aos países, uma vez assinado e ratificado[3]. É interessante notar que o Tratado foi uma iniciativa conjunta entre a União Soviética, os Estados Unidos e o Reino Unido (KOPAL, 2008).

O Tratado visa fortalecer a cooperação internacional para aprimorar os aspectos científicos e jurídicos para exploração do espaço exterior, criando entendimentos em comum entre os países, reduzindo eventuais rivalidades nesse âmbito. Dentre outros pontos relevantes, o documento estabelece que: nenhum Estado tem o direito de se apropriar, por uso ou ocupação, ou proclamar soberania sobre o espaço exterior, a Lua e/ou outros corpos celestes; o espaço, a Lua e os corpos celestes são livres para uso e exploração por parte de todos os Estados, com base na igualdade e seguindo os termos do Direito Internacional; os Estados não devem posicionar na órbita terrestre ou em corpos celestes nenhum objetivo que carregue armas nucleares ou armas de destruição em massa; os Estados são responsáveis, perante a comunidade internacional, por qualquer atividade realizada no espaço, seja por entidades governamentais ou não-governamentais, assim como por garantir que as atividades sejam realizadas de acordo com os termos do Tratado. Mais especificamente, o Artigo VI estabelece que atividades espaciais desempenhadas por atores não-governamentais requerem autorização e contínua supervisão do Estado-Parte do Tratado (UNITED NATIONS OFFICE FOR OUTER SPACE AFFAIRS, 2023 e).

Tais medidas foram bem-sucedidas no sentido de evitar que uma corrida armamentista se desdobrasse para o espaço durante a Guerra Fria. Desde o fim desse conflito, na década de 1990, o Quarto Comitê tem direcionado esforços para fortalecer a cooperação internacional, especialmente em torno da exploração do espaço para fins científicos, e garantir o uso pacífico do espaço exterior. A criação da Estação Espacial Internacional, em 1998, pode ser considerada um reflexo disso[4].

Ainda assim, o receio de que o espaço seja utilizado para fins militares permanece como uma questão para a AG, especialmente nos anos mais recentes em que a competitividade entre países mais industrializados tem se desdobrado, novamente, para esse ambiente. Com base nisso, nos últimos anos, a AG – junto ao Secretário-Geral da ONU – tem buscado um entendimento comum aos países, ao tentar definir quais são as ameaças, concretas e potenciais, envolvendo o espaço exterior, sejam elas decorrentes de causas naturais ou de ação humana,

[3] Até janeiro de 2022, 122 países haviam ratificado o Tratado. Outros 23 países – entre eles, Bolívia, Colômbia e Irã – assinaram o Tratado, mas ainda não o ratificaram. Países como Sérvia, Moçambique, Guatemala, Croácia e Angola, ainda não assinaram o Tratado (UNITED NATIONS OFFICE FOR OUTER SPACE AFFAIRS, 2023 d).

[4] A Estação Espacial Internacional foi criada por uma iniciativa dos Estados Unidos junto à Rússia, Canadá, Japão e aos países participantes da Agência Espacial Europeia. O propósito desse projeto é servir como um laboratório para fortalecer a comunidade científica, contribuindo para o desenvolvimento de pesquisas sobre o espaço e seus desdobramentos para usos na Terra (NATIONAL AERONAUTICS AND SPACE ADMINISTRATION, 2023).

© Faculdades de Campinas 2023

assim como as ações e atividades que possam ser consideradas responsáveis, irresponsáveis ou ameaçadoras, considerando seu impacto para a segurança internacional (UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY, 2021 a, p. 4).

O Relatório do Secretário-Geral, publicado em 2021, estabelece alguns desses entendimentos, especialmente no que diz respeito ao comportamento responsável esperado dos Estados em relação ao uso do espaço, garantindo relações de transparência, segurança, estabilidade e sustentabilidade a longo prazo. O documento também chama atenção para a defasagem existente entre o direito internacional envolvendo o espaço, da década de 1960, e os recentes avanços no uso e exploração espaciais, envolvendo inclusive atores não-governamentais (UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY, 2021 a, p. 8-10; p. 17).

Garantir a participação e a inclusão de todos os países no uso e exploração do espaço, por meio do acesso à ciência e às tecnologias especiais e suas aplicações, assim como o acesso a serviços e informações que envolvem o espaço, é outro ponto relevante para o Quarto Comitê. Nesse sentido, em 1996, por meio da Resolução 51/122, a AG adotou a "Declaração sobre a Cooperação Internacional para Exploração e Uso do Espaço Exterior, Levando em Consideração as Necessidades dos Países em Desenvolvimento". Esse documento reforça que a cooperação internacional deve atender aos interesses de todos os Estados, independentemente do seu grau de desenvolvimento econômico, social, científico e tecnológico. Ao mesmo tempo, a Declaração estabelece que os termos da cooperação devem ser justos e respeitar os direitos e interesses legítimos das partes envolvidas, incluindo os direitos de propriedade intelectual. Os Estados que possuem agências e programas espaciais mais avançados devem contribuir para promover a cooperação internacional de forma equitativa, em uma base acordada e aceita de forma mútua, considerando a necessidade de assistência técnica dos países interessados com programas espaciais ainda incipientes (UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY, 1997, p. 1-3).

O UNOOSA desempenha um papel central nesse processo, facilitando e promovendo programas conjuntos de capacitação, educação e treinamento em ciência e tecnologias espaciais, principalmente entre países em desenvolvimento, para que o uso e a exploração do espaço ocorram de forma mais justa. Deste modo, é fundamental o debate sobre as maneiras que os Estados podem cooperar para ampliar a produção e difusão da ciência e das tecnologias para a exploração espacial, sobretudo considerando as aplicações desse conhecimento para áreas como a telemedicina, a proteção ambiental, o monitoramento do clima e dos riscos de desastres climáticos-ambientais. O Quarto Comitê, junto ao UNOOSA, também tem discutido maneiras de promover a maior participação das mulheres e meninas na ciência e na exploração espacial. Esse objetivo tem sido alcançado através de atividades de capacitação e assessoria técnica, assim como projetos que proporcionam maior envolvimento das mulheres no ensino superior, especialmente nas áreas de ciências exatas e engenharias (UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY, 2022, p. 5).

© Faculdades de Campinas 2023

Um exemplo de destaque das possibilidades de cooperação internacional, considerando as necessidades dos países em desenvolvimento, é o projeto "KiboCUBE", desenvolvido pela Agência de Exploração Aeroespacial Japonesa (JAXA, na sigla em inglês) em conjunto com o UNOOSA, como parte da iniciativa "*Access to Space for All*"[5]. O programa oferece treinamento e capacitação em educação e pesquisa para países em desenvolvimento, para que possam produzir satélites que podem ser lançados pelo módulo japonês "Kibo", na Estação Espacial Internacional. Através desse projeto, espera-se que os países em desenvolvimento, por meio do acesso às tecnologias e serviços baseados no espaço, possam avançar na implementação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030. Promovendo a capacitação de engenheiros e cientistas para a criação de satélites, o "KiboCUBE" contribui para o ODS 4, que trata da educação de qualidade, assim como o ODS 8, que visa o trabalho decente e crescimento econômico. O projeto também contribui para o ODS 9, que promove a industrialização inclusiva e sustentável, além da inovação (UNITED NATIONS OFFICE FOR OUTER SPACE AFFAIRS, 2020, p. 4-6).

Como ilustrado pelo projeto, o espaço exterior é crucial para a implementação dos ODS. Desde 2015, quando foi adotada a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável[6], a ONU e o UNOOSA, mais especificamente, têm buscado demonstrar como as tecnologias e os serviços espaciais, assim como as informações geoespaciais, contribuem para o Desenvolvimento Sustentável. Duas iniciativas merecem destaque, nesse sentido: a primeira, lançada pelo UNOOSA, é a "Space4SDGs", que mostra como os projetos e as tecnologias espaciais contribuem para cada um os 17 ODS (UNITED NATIONS OFFICE FOR OUTER SPACE AFFAIRS, 2023 c).

A segunda iniciativa é Agenda "*Space2030*" e seu plano de ação, adotados por consenso pela AG por meio da Resolução 76/3, em 2021. Agenda "*Space2030*" reforça o papel das atividades espaciais na implementação da Agenda 2030 e seus 17 ODS e, com isso, a importância da cooperação internacional. Seus objetivos se concentram em 4 áreas principais: reforçar o espaço como um dos principais motores do desenvolvimento sustentável e ampliar os benefícios econômicos que derivam das atividades espaciais; aproveitar o potencial do espaço de solucionar desafios cotidianos e gerar inovações para melhorar a qualidade de vida na Terra; e construir parcerias e fortalecer a cooperação internacional para garantir o uso pacífico do espaço (UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY, 2021 b, p. 1-6).

Frente a essas questões históricas e mais atuais sobre o uso e a exploração do espaço exterior, espera-se que o Quarto Comitê negocie medidas eficazes para fortalecer a cooperação e as parcerias entre os países em torno das atividades espaciais, levando em consideração os desafios recentes enfrentados pela comunidade internacional. Com o objetivo de auxiliar o Quarto Comitê a avançar no debate sobre a Cooperação Internacional para o Uso Pacífico do Espaço Exterior, as seguintes questões são propostas:

---

[5] Tradução livre: Acesso ao Espaço para Todos.

[6] A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e os 17 ODS foram adotados pela AG, em 2015, por meio da Resolução 70/1 (UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY, 2015).

© Faculdades de Campinas 2023

1. Considerando o crescente interesse no espaço exterior, por parte de atores estatais e não-estatais, inclusive para fins comerciais, como garantir que o espaço e os corpos celestes não sejam apropriados e permaneçam livres para uso e exploração igualitária por todos os Estados?

2. Considerando a relevância do espaço para o desenvolvimento científico, econômico e social dos países, e para a implementação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, como fortalecer iniciativas para educação, treinamento e capacitação em ciência e tecnologias especiais, sobretudo em países em desenvolvimento e menos desenvolvidos, a fim de garantir o acesso ao espaço para todos?

3. Levando em conta as recentes tensões entre a Rússia e a OTAN em torno da guerra na Ucrânia, como o Quarto Comitê pode fortalecer a cooperação internacional e garantir que essas tensões não minem a os esforços pelo uso pacífico do espaço exterior?

Referências Bibliográficas

KOPAL, V. *Treaty on Principles Governing the Activities of States in the Exploration and Use of Outer Space, Including the Moon and Other Celestial Bodies*. United Nations Audiovisual Library of International Law, 2008. Disponível em: https://legal.un.org/avl/pdf/ha/tos/tos_e.pdf. Acesso em 3 jul. 2023.

NATIONAL AERONAUTICS AND SPACE ADMINISTRATION (NASA). International Cooperation. *Official website of National Aeronautics and Space Administration*, 2023. Disponível em: https://www.nasa.gov/mission_pages/station/cooperation/index.html. Acesso em 19 mai. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. A Carta das Nações Unidas. *Website oficial das Nações Unidas Brasil*, 2007. Disponível em: https://brasil.un.org/sites/default/files/2022-05/Carta-ONU.pdf. Acesso em 2 mai. 2023.

SCHRIJVER, N. *Development without destruction: The UN and the global resource management*. New York: UN Intellectual History Project, 2010.

UNITED NATIONS (UN). Special Political and Decolonization (Fourth Committee). *Official website of the United Nations*. Disponível em: https://www.un.org/en/ga/fourth/. Acesso em 2 mai. 2023.

UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY (UNGA). *Reducing space threats through norms, rules and principles of responsible behaviours. Report of the Secretary-General*. Prevention of an arms race in outer space, 21-27 September 2021a. New York, 13 july 2021, A/76/77. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/3934709. Acesso em 24 abr. 2023.

_____. *Resolution 1082 – International Cooperation in the peaceful uses of outer space*. Adopted by the General Assembly at its 1192th plenary meeting, on 14 December 1962. Disponível em: https://www.unoosa.org/pdf/gares/ARES_17_1802E.pdf. Acesso em 18 mai. 2023.

© Faculdades de Campinas 2023

UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY (UNGA). *Resolution 1348 (XIII) - Question of the Peaceful use of Outer Space*. Adopted by the General Assembly at its 13th session, on 13 December 1958, RES/1348 (13). Disponível em: https://www.unoosa.org/pdf/gares/ARES_13_1348E.pdf. Acesso em 18 mai. 2023.

_____. *Resolution 1721 (XVI) – International Cooperation in the peaceful uses of outer space*. Adopted by the General Assembly at its 1085th plenary meeting, on 20 December 1961. Disponível em: https://www.unoosa.org/pdf/gares/ARES_16_1721E.pdf. Acesso em 8 mai. 2023.

_____. *Resolution 51/122 - Declaration on International Cooperation on the Exploration and Use of Outer Space for the Benefit and in the Interest of All States, Taking in Particular Account the Needs of Developing Countries*. Adopted by the General Assembly at its 51th session, on 4 February 1997, A/RES/51/122. Disponível em: https://www.unoosa.org/pdf/gares/ARES_51_122E.pdf. Acesso em 28 abr. 2023.

_____. *Resolution 70/1 – Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development*. Adopted by the General Assembly at its seventieth session, 21 October 2015, A/RES/70/1. Disponível em: https://undocs.org/a/res/70/1. Acesso em 3 jul. 2023.

_____. *Resolution 76/3 – The "Space2030" Agenda: Space as a driver of sustainable development*. Adopted by the General Assembly at its 76th session, on 25 October 2021b, A/RES/76/3. Disponível em: https://www.unoosa.org/res/oosadoc/data/resolutions/2021/general_assembly_76th_session/ares763_html/A_RES_76_3_E.pdf. Acesso em 5 jul. 2023.

_____. *Resolution 77/121 - International cooperation in the peaceful uses of outer space*. Adopted by the General Assembly at its 77th session, on 12 December 2022, A/RES/77/121. Disponível em: https://www.unoosa.org/res/oosadoc/data/resolutions/2022/general_assembly_77th_session/ares77121_html/N2274756.pdf. Acesso em 24 abr. 2023.

UNITED NATIONS OFFICE FOR OUTER SPACE AFFAIRS (UNOOSA). COPUOS History. *Official website of the United Nations Office for Outer Space Affairs*, 2023a. Disponível em: https://www.unoosa.org/oosa/en/ourwork/copuos/history.html. Acesso em 18 mai. 2023.

_____. *KiboCUBE: The cooperation programme between UNOOSA and JAXA on cubesat deployment from the International Space Station (ISS) Japanese experiment module (Kibo)*. Vienna: United Nations, 2020. Disponível em: https://www.unoosa.org/documents/pdf/psa/hsti/KiboCUBE/20-05460_KiBocube_flyer_ebook.pdf. Acesso em 5 jul. 2023.

_____. Roles and Responsibilities. *Official website of United Nations Office for Outer Space Affairs, 2023b*. Disponível em: https://www.unoosa.org/oosa/en/aboutus/index.html. Acesso em 26 abr. 2023.

© Faculdades de Campinas 2023

UNITED NATIONS OFFICE FOR OUTER SPACE AFFAIRS (UNOOSA). Space Solutions Compendium. *Official website of United Nations Office for Outer Space Affairs*, 2023c. Disponível em: https://www.unoosa.org/oosa/en/ourwork/space4sdgs/SSC_pilot.html. Acesso em 4 jul. 2023.

_____. Status of International Agreements relating to Activities in Outer Space. *Official website of United Nations Office for Outer Space Affairs*, 2023d. Disponível em: https://www.unoosa.org/oosa/en/ourwork/spacelaw/treaties/status/index.html. Acesso em 4 jul. 2023.

_____. Treaty on Principles Governing the Activities of States in the Exploration and Use of Outer Space, including the Moon and Other Celestial Bodies. *Official website of United Nations Office for Outer Space Affairs*, 2023e. Disponível em: https://www.unoosa.org/oosa/en/ourwork/spacelaw/treaties/introoutterspacetreaty.html. Acesso em 4 jul. 2023.

© Faculdades de Campinas 2023

REFERÊNCIAS DA ONU

Relatórios do Secretário-Geral

Coordination of space-related activities within the United Nations system: directions and anticipated results for the period 2022–2023 – capacity-building for an inclusive future[7] (2023)

Resumo: O relatório resulta de uma reunião entre agências da ONU para evitar a duplicação de trabalhos entre suas entidades que atuam, direta ou indiretamente, com o tema do espaço. O documento reconhece a relevância das atividades espaciais para promover o desenvolvimento sustentável e, com isso, o crescente interesse dos Estados, mas também das indústrias e do setor privado, nessa área. Com base nisso, o relatório apresenta diretrizes para garantir que o acesso aos benefícios provenientes das atividades espaciais seja igualitário para todos os países, "sem deixar ninguém para trás". Mais especificamente, o documento trata de iniciativas que promovem ações de capacitação nas áreas científica, política, tecnológica e jurídica, e traz exemplos de parcerias nessa área.

Reducing space threats through norms, rules and principles of responsible behaviours[8] (2021)

Resumo: O relatório analisa a conjuntura mais atual dos Estados em relação ao âmbito espacial, reconhecendo as ameaças reais e potenciais que resultam tanto de processos naturais quanto da ação humana (p. 4-7). Com base nisso, o relatório caracteriza o que seriam comportamentos responsáveis e irresponsáveis, no que diz respeito às atividades espaciais (p. 8-10). O documento reitera a importância do desenvolvimento de normas nos termos do Direito Internacional e da Carta da ONU que organizem as atividades espaciais de maneira internacional para que todos os Estados estejam cientes das ações que podem desenvolver. Também é reforçada a importância de englobar nas discussões outras partes envolvidas no desenvolvimento de tecnologias espaciais, como as universidades e o setor privado, prezando pela igualdade de gênero nessa participação (p. 17). Por fim, o relatório conta com a colaboração dos Estados-Membros, através do envio de suas visões sobre o tema (p. 19).

[7] Tradução livre: "Coordenação de atividades relacionadas ao espaço no sistema das Nações Unidas: direções e resultados esperados para o período 2022-2023 – capacitação para um futuro inclusivo".
[8] Tradução livre: "Reduzindo as ameaças espaciais através de normas, regras e princípios de comportamentos responsáveis".

© Faculdades de Campinas 2023

Coordination of space-related activities within the United Nations system: directions and anticipated results for the period 2020–2021 – megatrends and realization of the Sustainable Development Goals[9] (2020)

Resumo: Este relatório também é resultado de uma reunião entre agências da ONU para evitar a duplicação de trabalhos de suas agências e programas que atuam com o tema do espaço. É analisado como as tecnologias espaciais e os dados obtidos por meio do espaço podem contribuir para a implementação da Agenda 2030 e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Com isso, o relatório discorre sobre o uso do espaço para lidar com desafios relacionados, por exemplo, ao crescimento demográfico (p. 2-4), o aumento da urbanização (p. 5 e 7), o avanço das mudanças climáticas (p. 9-11), o aumento dos conflitos (p. 12) e o acesso às tecnologias de ponta, inclusive para garantir o acesso ao espaço (p. 14-15).

Coordination of space-related activities within the United Nations system: directions and anticipated results for the period 2018–2019 — a United Nations that delivers[10] (2018)

Resumo: O relatório resulta de uma reunião entre entidades da ONU para analisar como a tecnologia espacial pode contribuir para a implementação da Agenda 2030. Sobre a Economia Espacial, destaca-se a importância de garantir o acesso igualitário às tecnologias espaciais entre os Estados, além de iniciativas para facilitar o compartilhamento de tecnologias, visando o desenvolvimento sustentável (p. 3-4). Na seção sobre a Sociedade Espacial, o relatório discute os benefícios que a humanidade pode obter a partir do uso do espaço, chamando atenção para a importância da inclusão das mulheres e a busca pela igualdade de gênero no desenvolvimento científico e tecnológico. O relatório destaca os benefícios da exploração espacial especialmente em termos de acesso à saúde, contribuindo para o ODS 3[11], a segurança humana e o gerenciamento de riscos (p. 5-6; 8). Na seção sobre Diplomacia Espacial, é citada a importância do diálogo entre diferentes órgãos e atores envolvidos no uso do espaço, para maior transparência e confiança entre os Estados nas atividades espaciais (p. 12-13). Na seção sobre o Acesso ao Espaço, é citada a importância de ampliar medidas para a disseminação das tecnologias espaciais a todos os países, especialmente aqueles em desenvolvimento (p. 9-11).

[9] Tradução livre: "Coordenação de atividades relacionadas ao espaço no sistema das Nações Unidas: direções e resultados esperados para o período 2020-2021 – Megatendências e realização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável".

[10] Tradução livre: "Coordenação das atividades relacionadas ao espaço no sistema das Nações Unidas: direções e resultados esperados para o período 2018-2019 - uma Organização das Nações Unidas que entrega".

[11] Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 3: "Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades"

© Faculdades de Campinas 2023

Resoluções da Assembleia Geral

Resolution 77/121 – "International Cooperation in the Peaceful Uses of Outer Space" (A/RES/77/121)

Resumo: A última resolução adotada pelo Quarto Comitê, em 2022, enfatiza a importância da ratificação dos tratados internacionais sobre o espaço pelos Estados membros, considerando os 55 anos do "Tratado sobre os Princípios que Regem as Atividades dos Estados na Exploração e Uso do Espaço Exterior". A resolução ainda trata da questão de evitar uma corrida armamentista no espaço e enfatiza que a exploração do espaço deve ocorrer de forma pacífica, visando o desenvolvimento dos países, especialmente os países em desenvolvimento. O comportamento responsável dos atores envolvidos nas atividades espaciais é igualmente relevante, sendo encorajados programas e iniciativas de cooperação regional para garantir isso. A resolução, também, reconhece a relevância do espaço para alcançar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e destaca a importância do espaço para desenvolver áreas como a telemedicina e a educação. Também é abordada a busca pela igualdade de gênero, a partir de iniciativas que envolvam mulheres e meninas no ensino e no desenvolvimento em ciências e tecnologias voltadas ao espaço.

Resolution 76/76 – "International Cooperation in the Peaceful Uses of Outer Space" (A/RES/76/76)

Resumo: Esta resolução foi adotada pelo Quarto Comitê, em 2021. Nela, a AG nota com satisfação as iniciativas para criação de um centro regional para promover a educação em ciência e tecnologia espaciais na Eurásia, a partir de uma proposta do governo da Rússia. O centro é filiado às Nações Unidas. É importante ressaltar que esta resolução foi adotada antes da escalada do conflito na Ucrânia. Além disso, a resolução aponta que a cooperação regional deve ser usada para manter o uso pacífico do espaço, tendo em vista, principalmente, os Estados que precisam desenvolver mais suas capacidades para a Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável. Também é relembrado a adoção da Política e Estratégia Espacial Africana, que marca um passo para realização do programa africano com a criação da Agência Espacial Africana. O relatório também incentiva a condução de atividades em relação à segurança espacial e a medidas de transparência na confiança em relação a atividades no espaço. Também foi abordada a importância de buscar maior envolvimento dos setores industrial e privado nas discussões sobre o espaço.

Resolution 76/3 – "The "Space2030" Agenda: space as a driver of sustainable development" (A/RES/76/3)

Resumo: A resolução estabelece a Agenda "Space2030" e seu plano de ação, os quais foram adotados pela AG em 2021. Essa agenda resulta da Conferência das

© Faculdades de Campinas 2023

Nações Unidas sobre Exploração e Usos Pacíficos do Espaço Sideral (UNISPACE+50), organizada em comemoração aos 50 anos do início da exploração do espaço. Ela visa fortalecer a cooperação entre os países para a exploração do espaço, especialmente para a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. A agenda reconhece e visa ampliar os benefícios econômicos que derivam das atividades espaciais, assim como as possibilidades de gerar inovações para melhorar a qualidade de vida das pessoas na Terra.

Outras Publicações da ONU

Report of the Committee on the Peaceful Uses of Outer Space (2022)

Resumo: Este relatório foi desenvolvido pelo COPUOS e traz uma visão geral deste comitê sobre as questões mais atuais relacionadas ao espaço, que serve como base para as decisões tanto do Primeiro quanto do Quarto Comitê da AG. O documento resume as discussões COPUOS, por exemplo, em relação à cooperação internacional em um contexto marcado pelo acirramento das tensões entre a Rússia e a Europa Ocidental, em torno da Ucrânia (p. 6). O relatório também retoma desafios atuais, como as mudanças climáticas, e a urgência da implementação do Acordo de Paris e da Agenda 2030, e pontua como as as tecnologias espaciais podem ajudar a contorná-los (p. 33-35; p. 37-39). São reconhecidos os avanços possibilitados pelas tecnologias espaciais em áreas como: saúde, educação e segurança. Dessa forma, é ressaltada a importância de englobar atores envolvidos no desenvolvimento dessas tecnologias nas discussões sobre o espaço (p. 35-36). O documento também traz impressões gerais das delegações sobre a Agenda "Space2030" (p. 45-46).

Guidelines for the Long-Term Sustainability of Outer Space Activities of the Committee on the Peaceful Uses of Outer Space (2021)

Resumo: As "Diretrizes para a Sustentabilidade de Longo Prazo das Atividades Espaciais Exteriores do Comitê de Usos Pacíficos do Espaço Exterior" é uma publicação do UNOOSA para orientar os Estados e demais atores envolvidos em atividades espaciais. A publicação é dividida em 4 áreas, dentre elas: a área de Política e Regulamentação das Atividades Espaciais, que – dentre outros pontos – reforça a responsabilidade internacional dos Estados pelas atividades espaciais desempenhadas por agentes não-governamentais (p. 9); a área de Cooperação internacional, capacitação e conscientização, que ressalta a importância da cooperação entre os Estados para o intercâmbio de informações e conhecimento, assim como para a promoção de iniciativas de capacitação, para reduzir as disparidades entre os países no acesso à ciência e às tecnologias espaciais (p. 31-34); a área de Pesquisa Científica e Técnica e Desenvolvimento, que visa impulsionar a comunidade científica, as pesquisas e o desenvolvimento de tecnologias para a exploração espaciais, de forma pacífica e sustentável (p. 37-38).

© Faculdades de Campinas 2023

United Nations Treaties and Principles on Outer Space (2008)

Resumo: A publicação reúne todos os tratados, declarações e princípios relacionados ao uso e exploração do espaço exterior já adotados pela AG. Dessa forma, a publicação traz, na íntegra, o texto do "Tratado sobre os Princípios que Regem as Atividades dos Estados na Exploração e Uso do Espaço Exterior, Incluindo a Lua e Outros Corpos Celestiais", de 1966, assim como o texto da "Declaração de Princípios Jurídicos que Regem as Atividades dos Estados na Exploração e Uso do Espaço Sideral", de 1963, e da "Declaração sobre Cooperação Internacional na Exploração e Uso do Espaço Sideral para o Benefício e Interesse de Todos os Estados, Levando em Conta Particular as Necessidades dos Países em Desenvolvimento", de 1996.

Sites Oficiais

United Nations General Assembly

Resumo: O site oficial da Assembleia Geral da ONU, em inglês, traz explicações sobre o mandato e funções do órgão, assim como informações sobre sua composição, a agenda da atual sessão (77ª) e seus documentos oficiais. A seção "*Main Committees*" explica o foco de cada um dos seis comitês que compõem a AG, incluindo o Quarto Comitê.

Escritório das Nações Unidas Sobre Espaço Exterior (UNOOSA).

Resumo: O site oficial do UNOOSA, em inglês, reúne relatórios e documentos oficiais sobre as discussões da ONU relacionadas ao espaço exterior, além de trazer o histórico do escritório e do Comitê para o Uso Pacífico do Espaço Exterior (COPUOS). Na seção "*Documents*", o site traz todas as resoluções já adotadas pela Assembleia Geral sobre o tema do espaço exterior, além dos relatórios elaborados pelo COPUOS. Na seção "*Space4SDGs*", o site reúne informações sobre como as atividades desenvolvidas no espaço contribuem para alcançar cada um dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

Recursos Extras

Fourth Committee Approves Two Draft Resolutions on Outer Space Cooperation, Spotlighting Global Health, Arms Race, Risks of Space Debris (UN Press, 2022)[12]

Resumo: A notícia traz a cobertura da 17ª reunião do Quarto Comitê, em outubro de 2022, sobre a cooperação internacional para o uso pacífico do espaço exterior.

[12] Quarto Comitê Aprova Dois Projetos de Resolução sobre Cooperação Espacial Exterior, Destacando Saúde Global, Corrida Armamentista, Riscos de Detritos Espaciais (2022)

© Faculdades de Campinas 2023

Como pontos fundamentais, destacamos que houve consenso entre os países na adoção de duas resoluções: uma, destinada ao acesso aos benefícios que as tecnologias espaciais trazem à área da saúde, especialmente por meio da cooperação regional, e outra relacionada à urgência de prevenir uma possível corrida armamentista, além de chamar atenção para o risco de colisões entre satélites e detritos no espaço. Destaca-se, nessa reunião, a objeção apresentada por países como Canadá, Estados Unidos, e República Tcheca, em nome da União Europeia, sobre a ONU ter apoiado a criação do centro de pesquisa na Eurásia, a partir de uma iniciativa do governo russo, considerando o contexto da guerra na Ucrânia.

Delegates Spotlight Ways That Space Technology Can Help Reach Global Goals as Fourth Committee Continues Examining Peaceful Uses of Space (UN Press, 2022)[13]

Resumo: A notícia cobre os discursos dos países durante a 16ª reunião do Quarto Comitê da Assembleia Geral, ocorrida em outubro de 2022. Os países em desenvolvimento trouxeram exemplos de como a tecnologia espacial tem contribuído com iniciativas para alcançar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. O Iraque destacou que usa satélites para planejar a infraestrutura do país, assim como para medir as consequências das áreas afetadas pela guerra. A delegação também solicitou que países desenvolvidos contribuam com assistência técnica e capacitação de pessoal para o desenvolvimento de programas espaciais de países em desenvolvimento. Cuba, por sua vez, reforçou que todos os países devem ter acesso ao espaço e que a ONU tem um papel importante nesse processo. A delegação também enfatizou as dificuldades enfrentadas pelo país para o desenvolvimento científico na área espacial, devido aos bloqueios econômico, comercial e financeiro impostos pelos Estados Unidos. Já a delegação dos Estados Unidos direcionou atenção para o esforço de implementação das normas e princípios estabelecidos pelo Tratado de 1966, inclusive para guiar as ações do setor privado nas atividades espaciais.

Speakers Renew Calls for Treaty to Prevent Arms Race in Space as First, Fourth Committees Convene Joint Meeting (UN Press, 2022)[14]

Resumo: A matéria traz a cobertura da 15ª reunião do Quarto Comitê, durante a 77° sessão da AG, em 2022. A reunião ocorreu em conjunto com o Primeiro Comitê e discutiu assuntos relacionados à promoção da paz e da segurança internacionais. Nesta reunião, as delegações reforçaram a necessidade de negociar,

[13] Tradução livre: "Delegados destacam maneiras pelas quais a tecnologia espacial pode ajudar a alcançar metas globais, na medida em que o Quarto Comitê continua examinando usos pacíficos do espaço".
[14] Tradução livre: "Oradores renovam o chamado por um tratado para prevenir a corrida armamentista no espaço, durante uma reunião conjunta entre o Primeiro e Quarto Comitês da AG".

© Faculdades de Campinas 2023

multilateralmente, um instrumento jurídico vinculante para evitar uma possível corrida armamentista no espaço. O Diretor e Adjunto do Alto Representante para Assuntos de Desarmamento relembrou que o espaço é considerado como um "bem global comum" e enfatizou que as diretrizes para o uso e exploração do espaço requerem uma atualização. Alguns países se pronunciaram durante a reunião. A delegação da Índia, por exemplo, enfatizou que o espaço deve ser um local de cooperação, e não de conflito. Adicionalmente, o país expressou preocupação com a proliferação de detritos espaciais e os riscos que isso pode causar na Terra no longo prazo. A delegação da Rússia, por sua vez, apontou que os Estados Unidos estão utilizando da infraestrutura espacial para objetivos militares.

Fourth Committee Shifts Focus to Peaceful Uses of Outer Space with Speakers Emphasizing Need to Close Technological Gap (UN Press, 2022)[15]

Resumo: Esta notícia traz a cobertura da 14ª reunião do Quarto Comitê, em outubro de 2022, acerca do item "a cooperação internacional nos usos pacíficos do espaço exterior". Dentre os países que se pronunciaram nessa reunião, está a Coreia do Sul, que enfatizou a importância de garantir o acesso às tecnologias espaciais aos países em desenvolvimento, destacando que a concentração das tecnologias espaciais nas mãos de países desenvolvidos constitui um obstáculo à construção de um futuro melhor para a humanidade. Já o Paquistão, ressaltou que o espaço tem sido importante para o país desenvolver atividades na área da agricultura, saúde e gerenciamento de desastres naturais. A delegação reconheceu que países em desenvolvimento ainda enfrentam desafios para acessar os benefícios provenientes das tecnologias espaciais. Com base nisso, a delegação ressaltou a importância da Agenda "Space2030" e da compreensão de que o espaço deve ser tratado como um "bem global comum".

Guerra na Ucrânia: como a invasão russa ameaça a cooperação no espaço (BBC, 2022)

Resumo: A notícia do grupo britânico BBC aborda como as tensões atuais entre a Rússia e os países do Ocidente, relacionadas à guerra na Ucrânia, podem ter desdobramentos preocupantes para a cooperação internacional para o espaço. O chefe da Agência Espacial Russa (Roscosmos) tem denunciado as consequências que as sanções impostas sobre a Rússia podem ter sobre a Estação Espacial Internacional, o maior projeto de cooperação internacional construído a partir da parceria entre os Estados Unidos, a Europa Ocidental, a Rússia e outros países. O rompimento de parcerias é um ponto de preocupação, pois pode minar os esforços da comunidade científica e os avanços conquistados a partir da exploração espacial. Além disso, as tensões reforçam o receio de que o espaço

[15] Tradução livre: "Quarto Comitê direciona o foco para usos pacíficos do espaço sideral com oradores enfatizando a necessidade de reduzir a disparidade tecnológica".

© Faculdades de Campinas 2023

seja utilizado como um local de confronto entre os países, a partir de uma corrida armamentista.

International Space Station - International Cooperation (NASA, 2023)

Resumo: O site da *National Aeronautics and Space Administration* (NASA, a agência espacial dos Estados Unidos) traz explicações sobre a Estação Espacial Internacional, a qual representa um dos maiores programas de cooperação internacional para a exploração espacial. A iniciativa foi criada no final dos anos 1990, com a participação das agências espaciais do Japão, da Rússia, da Europa e do Canadá, além da própria NASA. O programa visa promover a exploração pacífica do espaço exterior e o compartilhamento de informações entre os países para a solução de problemas que ameaçam a humanidade, como a possível colisão de materiais causada pelo congestionamento de lixo espacial dentro da órbita. A proposta é que os países passem a colaborar para essa exploração através de investimentos e compartilhando conhecimentos científicos adquiridos.

Partnerships with Industry and the Private Sector (UNOOSA, 2023)

Resumo: O site do UNOOSA traz uma seção que reconhece e explica a importância da cooperação com o setor privado para o uso e exploração do espaço, com a finalidade de alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, apresentando vários documentos que servem de base e orientação para as demandas da ONU junto ao setor privado sobre esse tópico. Destaca-se a aceitação de parcerias entre o UNOOSA com o setor privado na área de investimentos para desenvolver e fortalecer os benefícios derivados da economia espacial, a fim de responder efetivamente aos desafios atuais da humanidade.

© Faculdades de Campinas 2023

REFERÊNCIAS PARA A POSIÇÃO OFICIAL DOS GRUPOS POLÍTICOS

Statements in the Special Political and Decolonization (4th Committee) during the General Assembly 77th Session (14th and 16th Plenary Meetings, 2022)[16]

Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN): durante a 77ª sessão da AG, os países da ASEAN no Quarto Comitê concordam em ampliar o compartilhamento dos avanços científicos e tecnológicos espaciais adquiridos pelos Estados. Em seu discurso, a delegação de Cingapura reafirmou o seu compromisso para garantir a exploração benéfica do espaço exterior, trabalhando juntamente com empresas espaciais nacionais para desenvolver pesquisas e equipamentos técnicos. A delegação da Malásia, por sua vez, acredita na necessidade de ampliar a transparência e a troca de informações entre todos os Estados e demais atores envolvidos com atividades espaciais. Já a Tailândia apontou em seu discurso a importância dos esforços para promover a Cooperação Sul-Sul nas questões relacionadas ao espaço, citando exemplos de como tem cooperado em programas de capacitação e pesquisas junto a países vizinhos, além de compartilhar dados coletados por meio de satélites para orientar o gerenciamento e respostas a desastres na região da Ásia-Pacífico.

Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC): os países membros da CELAC, durante a 77ª sessão da AG, enfatizaram que a tecnologia e suas aplicações contribuem para o desenvolvimento sustentável. Assim, a cooperação internacional é indispensável, sobretudo para o intercâmbio de conhecimento e tecnologias entre os Estados. Os países reforçaram que a América Latina e o Caribe possuem grande potencial na cooperação espacial, a exemplo do "*Convenio Constitutivo de la Agencia Latinoamericana y Caribeña del Espacio*" (ALCE), e que os países da região podem contribuir ainda mais para se beneficiarem do espaço. Membros da CELAC afirmaram a importância de seguir o direito internacional para que haja igualdade nas atividades espaciais. Em seu discurso, a Colômbia reforçou a necessidade de que todos os países mantenham a transparência em relação a suas atividades, inclusive envolvendo o setor privado.

G-77+China: no Quarto Comitê, os países que são parte do G-77 ressaltaram a importância de manter o espaço exterior para fins pacíficos, ao mesmo tempo em que reconheceram o direito de todos os Estados de desenvolver suas capacidades em sistemas espaciais, desde que de maneira pacífica e sustentável. O grupo reafirmou seu compromisso com os esforços internacionais de desarmamento e não-proliferação. A China reforçou que, a fim de garantir o desenvolvimento sustentável e de longo prazo do espaço, é necessário que haja

[16] Tradução livre: "Discursos no Comitê Especial de Política e Descolonização (4º Comitê) durante a 77ª Sessão da Assembleia Geral (14ª e 16ª Reuniões Plenárias, 2022)".

© Faculdades de Campinas 2023

uma melhoria nas normas que regem as atividades dos países no espaço exterior, acompanhando os avanços tecnológicos e os marcos das atividades realizadas no espaço. Deste modo, a cooperação entre os estados nos âmbitos político e jurídico é essencial. Assim, a delegação chinesa reafirmou a importância do multilateralismo e, principalmente, da participação de países em desenvolvimento no processo da formulação das normas sobre o espaço. Já a Índia enfatizou suas parcerias com outros países para compartilhar suas instalações e experiências, por meio de cursos especializados, para o desenvolvimento da ciência e de tecnologias espaciais, deixando evidente seus esforços para preservar o espaço como uma "herança da humanidade". Além disso, o país estabeleceu um novo programa que garante o uso seguro e sustentável do espaço: o "ISRO System" para segurança e gestão de operações espaciais sustentáveis. A Índia ainda chamou a atenção para a necessidade de ampliar o diálogo entre os países a fim de garantir o uso seguro e pacífico do espaço através de "consultas internacionais".

União Europeia (UE): A UE condenou as agressões da Rússia contra a Ucrânia, apontando para a violação do direito internacional por parte do governo russo, e demandou a retirada das tropas militares do território ucraniano. Com base nisso, os países da UE alegaram que não podem mais apoiar a afiliação à ONU do centro de educação em ciência e tecnologia espaciais para a Eurásia, com base na Rússia, e convidaram outros Estados Membros da ONU a reconsiderarem sua posição sobre a afiliação. A UE também incentivou o UNOOSA a não iniciar qualquer projeto em cooperação com a Federação Russa. Os países europeus reiteraram o seu compromisso com a preservação de um ambiente espacial seguro e sustentável, seguindo as normas do direito internacional. O grupo reforçou ser necessário estabelecer medidas de transparência e confiança entre os países, reforçando o comportamento responsável, a fim de fortalecer as relações multilaterais para evitar possíveis conflitos e interferências em relação ao uso do espaço.

Outros: Os Estados Unidos trouxeram em seu discurso a importância dos sistemas espaciais para monitorar e lidar com eventos climáticos, garantindo segurança alimentar e hídrica, assim como para garantir o acesso à internet. Entretanto, a delegação apontou para uma série de problemas relacionados às atividades espaciais. Um desses problemas deriva dos testes destrutivos de mísseis anti-satélites, pois estes geram detritos na órbita e diminuem os benefícios que as atividades espaciais podem trazer. Com isso, a delegação reforçou a necessidade de estabelecer normas de conduta para manter o espaço como um ambiente seguro, assim como considerar medidas para aumentar a transparência e a confiança entre as partes envolvidas em atividades espaciais. Já a delegação do Japão afirmou que continuará contribuindo para fóruns multilaterais para alavancar a tecnologia espacial para benefício de todos os Estados. Ressaltou também que, por meio da Estação Espacial Internacional, o Japão tem possibilitado parcerias para que países em desenvolvimento lancem pequenos

© Faculdades de Campinas 2023

satélites. O país colabora também com o UNOOSA no projeto "Lei Espacial para Novos Atores Espaciais" para apoiar a capacitação dos países da Ásia-Pacífico em âmbito jurídico, para a criação de legislações nacionais sobre o espaço com base nas normas internacionais vigentes. Já a Federação Russa relembrou seu pioneirismo nas atividades espaciais e defendeu que o ambiente espacial permaneça pacífico, além de defender que a exploração do espaço deve ser feita de forma igualitária e não-discriminatória. A delegação ressaltou que deve ser evitada a politização das discussões sobre o uso do espaço. Também reafirmou que mantém programas de cooperação espacial com os países do BRICS.

Summary Records of the 4th Committee Meetings during the General Assembly 76th session[17], 2021 (A/C.4/76/SR.8; A/C.4/76/SR.9; A/C.4/76/SR.10; A/C.4/76/SR.11; A/C.4/76/SR.12; A/C.4/76/SR.13; A/C.4/76/SR.14)

ASEAN: durante a 76ª sessão da AG, os países da ASEAN consideraram que, independentemente do nível de desenvolvimento científico ou econômico, todos os países possuem direito de se beneficiar das atividades espaciais. Reforçaram ainda que tais atividades devem ser direcionadas para fins pacíficos e que deve ser respeitado o princípio da não-apropriação do espaço e seus corpos celestes. Os países da ASEAN também ressaltaram a importância do acesso às tecnologias espaciais, enfatizando que isso deve se tornar prioridade do COPUOS. A delegação das Filipinas apoiou fortemente a promoção da cooperação internacional em assistência técnica para países em desenvolvimento em atividades relacionadas ao espaço, assim como atividades de capacitação, com o objetivo de reduzir a disparidade de acesso às tecnologias espaciais entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento. Já a delegação do Vietnã reforçou que todos os países possuem o direito de participar, contribuir e se beneficiar da exploração espacial. Ambas as delegações reforçaram, ainda, necessidade de evitar uma corrida armamentista no espaço. Para tanto, foi encorajada a troca de informações e maior cooperação em ciência e tecnologia espacial entre todos os países.

CELAC: Os Estados membros da CELAC enfatizaram em seus discursos o direito legítimo de todos Estados terem acesso ao espaço exterior para fins pacíficos, sem nenhum tipo de discriminação. As delegações defenderam a continuidade das discussões sobre o direito internacional e a implementação de agendas como a "*Space2030*", para acelerar a implementação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável a partir das tecnologias espaciais. O Equador demonstrou apoio ao uso do espaço para o benefício de todos, assim como reforçou que ele não pode ser tido como propriedade por nenhum estado. Ademais, explicitou em seu posicionamento que as normas internacionais para o espaço devem seguir tendo como objetivo a preservação da exploração do espaço para fins pacíficos. A

[17] Tradução livre: "Resumo das transcrições da Reuniões do Quarto Comitê durante a 76ª sessão da Assembleia Geral, 2021".

delegação de El Salvador trouxe elogios ao trabalho desenvolvido pelo COPUOS, em relação às iniciativas voltadas para a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, assim como para o gerenciamento de desastres e das consequências das mudanças climáticas.

G-77+China: em geral, os países que são parte do G-77 reforçaram em seus discursos a importância das tecnologias espaciais para alcançar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, especialmente para os países em desenvolvimentos. Junto a isso, reforçaram os mecanismos do direito internacional que guiam a exploração e as atividades no espaço e discutiram a importância de que a exploração do espaço ocorra de forma sustentável e pacífica. Expressaram preocupação em relação aos detritos e ao lixo espacial, considerando seus impactos na Terra. A delegação de Sri Lanka demonstrou interesse em liderar esforços para evitar uma corrida armamentista no espaço exterior, reforçando a necessidade de estabelecer um quadro jurídico para o espaço. Já a delegação da Etiópia reconheceu que seu país, assim como outros países africanos, estão ainda desenvolvendo suas capacidades nacionais, mas que o espaço é fundamental para alcançar crescimento econômico e o desenvolvimento. A Etiópia estabeleceu uma política espacial nacional e um instituto com foco em ciência e tecnologia espaciais, além de ter lançado satélites ao espaço visando esse objetivo.

União Europeia: os países da União Europeia reiteraram em seu discurso a necessidade de uma abordagem multilateral para os assuntos que envolvem o uso do espaço. Os países do bloco europeu também reforçaram a importância de garantir que o espaço seja um ambiente seguro e sustentável. Para isso, enfatizaram que é necessário garantir o comportamento responsável no espaço e ampliar os compromissos para evitar interferências que possam prejudicar o uso pacífico desse recurso.

Outros: em seu discurso, a delegação do Reino Unido anunciou sua nova estratégia espacial nacional e seu compromisso em manter a liderança nas discussões internacionais sobre o espaço. Foram reforçados também outros compromissos, como o Programa de Parcerias Internacionais, que visa auxiliar outros países no esforço pelo desenvolvimento, por meio do acesso às tecnologias espaciais. A delegação da Ucrânia, por sua vez, ressaltou a importância do COPUOS para a cooperação internacional, reforçando que o comitê especializado não deve ser utilizado para legitimar atores que cometem agressões e violam o direito internacional. A Ucrânia apontou que, como consequência das ações da Rússia, seu país perdeu controle e acesso às instalações espaciais que possuía na Península da Criméia. Com isso, a delegação reforçou a importância de os países negociarem um novo instrumento jurídico vinculante que corresponda aos desafios mais recentes relacionados às atividades espaciais.

© Faculdades de Campinas 2023

BASE DE DADOS

Government expenditure on space programs worldwide

O gráfico elaborado pela plataforma Statista aponta para o aumento dos gastos governamentais com programas espaciais, à nível mundial, entre os anos de 2014 e 2022. Esses dados ilustram o crescente interesse dos países em explorar o espaço exterior. Somente entre 2021 e 2022, os investimentos nos programas espaciais cresceram cerca de 11,5%. Em 2022, foram investidos mais de 100 bilhões de dólares americanos em programas espaciais.

The Governments with the Largest Space Budgets

Este gráfico, também elaborado pela plataforma Statista, apresenta os países que mais investiram em programas na área espacial, em 2022. É fundamental destacar a disparidade entre o quanto é investido pelos Estados Unidos, em comparação com o investimento dos demais países representados no gráfico, como a China, o Japão, França e Rússia. Nota-se que os Estados Unidos direcionam quase o dobro do montante dos demais países para investimentos em programas espaciais, o que explica – em alguma medida – esse ser o país com o maior número de satélites em órbita, vide a tabela abaixo.

The Countries Capable of Launching Space Rockets

Estes dados e o gráfico, publicados pelo portal Statista, mostram os países que são capazes de lançar foguetes espaciais utilizando apenas tecnologias desenvolvidas nacionalmente. Além da Agência Espacial Europeia, somente 13 países possuem essa capacidade hoje, dentre eles: Estados Unidos, Rússia, Ucrânia, Israel, Japão, China, Irã, Coreia do Norte e, mais recentemente, a Coreia do Sul. Esses dados reforçam a importância da cooperação internacional para garantir que outros países tenham acesso a essas tecnologias.

Number of satellites in orbit 2023, by leading nations and organizations

Os dados abaixo, disponibilizados também pelo portal Statista, mostram o número de satélites em órbita por país, até fevereiro de 2023. É notável a disparidade entre o número de satélites em órbita dos EUA (5.798 satélites), comparado aos outros países. A Comunidade dos Países Independentes, que reúne países que faziam parte da União Soviética, aparece em segundo lugar, seguido da China, em terceiro lugar, e do Reino Unido, em quarto. Chama atenção o reduzido número de países em desenvolvimento. Ainda assim, nota-se a presença de países como a Índia e da Argentina.

© Faculdades de Campinas 2023

País	Número de Satélites em Órbita
Estados Unidos da América	5.798
Comunidade de Estados Independentes (antiga URSS)	1.546
República Popular da China	601
Reino Unido	552
Japão	208
Índia	110
Agência Espacial Europeia	93
França	91
Alemanha	79
Canadá	76
Argentina	49
Espanha	48
Itália	46
Israel	34
Coreia do Sul	32

Fonte: elaboração própria a partir dos dados disponíveis em: STATISTA. Number of satellites in orbit as of February 2023, by leading nations and organizations. *Site oficial do Statista*, 2023. Disponível em: https://www.statista.com/statistics/1367699/number-of-satellites-in-orbit-by-country/ . Acesso em 18 mai. 2023.

Space Industry Worldwide: Statistics and Facts

A pesquisa do Statista apresenta dados acerca da economia espacial global, avaliada em cerca de US$ 423,8 bilhões, em 2019. A indústria espacial pode ser dividida entre diferentes setores para análise, como a indústria espacial para fins de comunicação (que compreende serviços de televisão, principalmente, e o crescente serviço de acesso à internet), ou para fins de pesquisa e exploração para fins científicos ou comerciais. A pesquisa também esclarece dados sobre o segmento de satélites, que podem ser usados para comunicação comercial, mas também para fins não-comerciais, por exemplo, para fins militares ou pesquisas. A pesquisa mostra, ainda, que os investimentos na indústria espacial podem partir tanto de governos, direcionados para agências espaciais, como do setor privado. Um dado interessante diz respeito ao orçamento da agência espacial dos Estados Unidos, a NASA, que direciona a maior parte de seus investimentos para estudos científicos e exploração do espaço.

Who's responsible for space junk?

O gráfico elaborado pela plataforma Statista ilustra os países que contribuem para gerar lixo espacial, sendo os três principais: Rússia, Estados Unidos e China. O lixo espacial compreende os detritos de satélites quebrados, propulsores de foguetes, testes de armamentos e outras estruturas espaciais que foram lançadas ao longo dos anos e acabaram ficando presas na órbita terrestre. O lixo espacial gera uma

© Faculdades de Campinas 2023

série de preocupações, como a possibilidade de detritos colidirem com satélites e outras estruturas ativas no espaço, utilizando para monitoramento da Terra, assim como podem liberar substâncias tóxicas que são nocivas na atmosfera, prejudicando a camada de ozônio. Adicionalmente, os detritos podem atrapalhar o lançamento de novos satélites e outros instrumentos para exploração do espaço.

© Faculdades de Campinas 2023

famun.com.br

famun@facamp.com.br

@famunfacamp

@famunfacamp

@famunfacamp1

FLIP THE SCRIPT

a world of infinite possibilities

FAMUN 2023 | 10 YEARS